

● ENTREVISTA

“AS CONQUISTAS DA DEMOCRACIA
NÃO SÃO UMA TAREFA”

José Eduardo Franco, historiador e Teresa Ruel, politóloga

TÂNIA COVA
tcova@dnnoticias.pt

No dia em que se assinala mais um aniversário da Revolução dos Cravos, José Eduardo Franco, historiador, e Teresa Ruel, especialista em história e política regional, abordam um dos períodos mais marcantes da história portuguesa. Uma revolução que “chegou com atraso” ao arquipélago da Madeira, mas que “foi um momento disruptivo para todas as transformações sociais, culturais e políticas subsequentes”.

Ao DIÁRIO, explicam ainda que “na Madeira, como sabemos, a estrutura religiosa foi a pedra de toque na transição do regime”.

O 25 de Abril de 1974, data que marca a queda da ditadura em Portugal, acabou por chegar ‘mais tarde’ ao arquipélago. Expliquem-nos, em traços gerais, de que forma a Madeira viveu a Revolução dos Cravos? O 25 de Abril na Madeira chegou com atraso... Poderíamos dizer, em tom provocatório, que esse atraso persiste, em alguns aspectos, até aos dias de hoje!

Não existia a noção do que se passava em Lisboa. As ilhas tudo tardava. Foi no 1.º de Maio que a população saiu à rua. A manifestação realizada no 1.º de Maio de 1974 constituiu a reação das populações à presença/exílio dos ex-governantes do regime deposto – Marcelo Caetano e Américo Tomás – na Madeira. Celebrar a conquista da Liberdade e o dealbar da democracia é também assinalar a libertação vislumbrando a concretização da reivindicação antiga da autonomia política. Inicialmente, não foi uma manifestação espontânea. Foi organizada pelo jornal Comércio do Funchal, com o apoio dos movimentos católicos progressistas e dos intelectuais de esquerda. No decurso da manifestação, a população juntou-se expressivamente, apoiando os ensejos manifestados.

O sentido da revolução que ecoava, ainda assim, sabia a pouco no dia a dia da população. As grilhetas da estrutura social persistiam – o regime de Colônia (extinto pelo Decreto 13/77/M).

Não obstante, foi um momento disruptivo para todas as transformações sociais, culturais e políticas



Eduardo Franco, historiador e Professor Catedrático da Universidade Aberta.

subsequentes. Trouxe esperança e libertação às populações, reprimidas e exploradas: constituiu a antecâmara da mudança das estruturas de poder (não democráticas) e a instauração de um sistema de governação regional (autonomia política), mais próxima dos cidadãos, em que a palavra do povo toma forma pela via do voto.

Foram muitas as transformações que foram sendo assimiladas ao longo do tempo, mas, em termos práticos, o 25 de Abril não teve um efeito imediato na Região. Este é, de resto, um momento nuclear da nossa história que permanece terra incognita. Em geral, a maioria dos investigadores da transição democrática em Portugal não relaciona este

A ESTRUTURA
RELIGIOSA FOI A
PEDRA DE TOQUE NA
TRANSIÇÃO DO
REGIME

acontecimento com os territórios insulares. Para além do exílio de Marcelo Caetano e Américo Tomás (26 de abril de 1974) na Madeira e alguns lugares comuns... Valeria muito a pena aprofundar o tema para além das estórias desta história.

Mas, como me disse o Dr. Emanuel Rodrigues – ilustre deputado da Assembleia Constituinte, primeiro presidente da Assembleia Legislativa Regional, em 1976 –, a autonomia política dos Açores e da Madeira foi talvez a maior e a mais bonita conquista da Revolução dos Cravos (citado em Ruel, 2021)*.

Entre o antes e o depois da revolução, quais as principais mudanças sentidas pela população? Também neste domínio, não sabemos as percepções da população. Não temos indicadores de opinião pública. Podemos ter o ‘achómetro’ acionado e construir várias narrativas, mas não sabemos efetivamente a opinião da população sobre a transição democrática, sobre a autonomia política e/ou sobre o comportamento eleitoral.

Do ponto de vista fático, identificamos várias transformações que impactaram ostensivamente a melhoria das condições de vida das populações: infraestruturas, esbatemento de algumas desigualdades sociais, acesso à habitação, eletricidade e água potável, alfabetização geral e acesso aos cuidados de saúde, desenvolvimento económico e social, e melhoria das condições de vida espoliada pela democracia.

Agora, como é que as pessoas sentiram essa mudança?... Apenas um exercício de vox populi da comunicação social à época e o arquivo poderão reproduzir a sua percepção!

Os movimentos que surgiram na ilha, alguns mais extremistas, foram reflexo da insatisfação do povo? Ou falamos de minorias que quiseram criar instabilidade? É redutor e equívoco circuns-

crever os movimentos extremistas à insatisfação do povo. No pós-25 de Abril, o surgimento de movimentos separatistas nas ilhas (FLA e FLA-MA) tinha propósitos claros – orientação anticomunista e exigência/defesa da independência dos territórios insulares. Menos claros foram os seus apoiantes. E de resto, consubstanciaram uma das reações à tentativa de contrarrevolução e ao avanço comunista que se desenhava no Continente (que não surtiu efeito).

Os movimentos populares na Madeira não são, per se, um produto do 25 de Abril! Vários momentos de ação coletiva foram identificados, por exemplo, os desencadeados pelo jornal Comércio do Funchal. Foram os propósitos comuns e o compromisso de causas, recuperando as palavras de Alain Touraine, que mobilizaram a população, duplamente explorada e oprimida por uma estrutura de poder feudal (regime de Colônia) e pelo ‘colonialismo interno’ de Lisboa.

Denunciar, lutar por melhores condições de vida e rasgar o Contrato que hierarquizava, discriminava, explorava e tiranizava homens e mulheres foi o motor da ação. Sim, como canta Fausto, ‘quem oprime, tiraniza’!

Na sua orgânica e do ponto de vista teleológico, estes movimentos são muito distintos.

Nesta senda, nos dias imediatamente subsequentes ao 25 de Abril de 1974 surgiram várias estruturas com o intuito de organizar as exigências, de chamar a atenção para a situação de exploração dos trabalhadores e para as injustiças sociais que se viviam à data. Refira-se, como exemplo, o Centro de Informação Popular de Machico, que formalmente institucionalizou as reivindicações que já vinham sendo feitas desde os finais da década de 60 pela população de Machico.

Outras organizações foram formadas, como a União Povo Unido, a União das Bordadeiras, o Movimento Democrático da Madeira e a Frente Centrista da Madeira.

Também o MAIA (Movimento de Autonomia das Ilhas Atlânticas), a APAM (Associação Política do Ar-



“OCRACIA ACABADA”

quipélago da Madeira, o MIM (Movimento Independentista da Madeira), a UPM (União do Povo da Madeira) e a UNI-I-ARMA (União dos Independentistas do Arquipélago da Madeira). Estas e outras organizações formais e informais consubstanciaram a euforia suscitada pela transição democrática.

Qual foi o papel da Igreja neste contexto social e político? A Igreja Católica é uma instituição com muitas faces. A Igreja foi um dos pilares de sustentação da ditadura, embora tenha sido também na mesma Igreja que surgiram vozes poderosas e correntes de crítica e oposição ao regime. A Igreja foi também importante no período de transição democrática (1974-1976), posicionando-se, ora de forma moderadamente discreta, ora de forma mais explícita, contribuindo para conter quer os movimentos de contrarrevolução, quer os radicalismos político-ideológicos.

Na Madeira, como sabemos, a estrutura religiosa foi a pedra de toque na transição do regime. Do ponto de vista doutrinário, construiu a estrutura política, os seus principais atores e apoiantes. Por outro lado, foi o motto de disseminação da afirmação do novo statu quo político junto da população. A Madeira chegou à era da democracia com uma população marcada por um nível significativo de analfabetismo e de baixa instrução, sendo maioritariamente cristã católica. A Igreja era o principal intermediário de informação, educação e construção de identidades coletivas. É certo que havia algumas pequenas comunidades cristãs oriundas da reforma protestante que também desenvolviam ação educativa, mas em muito menor extensão.

Consideram que a população reconhece a importância desta data? E junto das camadas mais jovens, a história tem sido devidamente contada, nomeadamente ao nível do ensino? O reconhecimento do 25 de Abril foi um evento histórico. A população não só o reconhece, como o aceita e o vive! A sua importância é evidente. Basta analisarmos o antes desta transformação institucional e o enquadramento que estas quatro décadas de democracia nos têm proporcionado em termos sociais, políticos, económicos, culturais, etc.

A história oral é bastante importante na História, mas os livros são os melhores instrumentos para ras-

gar preconceitos e pré-conceitos. Para além dos manuais escolares, com os conteúdos programáticos definidos pelo Ministério da Educação a cada momento, existem muitas visões, perspectivas e contribuições nas mais variadas áreas das Ciências Sociais. O conhecimento e o acesso à informação saltaram os muros da Escola. As fontes históricas são variadas. Se os conteúdos científicos e pedagógicos abundam, há muito trabalho a fazer na promoção do seu ensino e na sensibilização. As conquistas da democracia não são uma tarefa acabada. É um trabalho contínuo que deve ser feito especialmente junto das novas gerações, procurando manter viva a memória crítica dos acontecimentos fundadores da nossa democracia.

O isolamento a que estavam remetidos os ilhéus serviu para uma compreensão diferente daquela que era a realidade vivida no território continental? Não sabemos. Isso é uma análise contrafactual, não tendo nós instrumentos para fazê-la! Entrar em tautologias também não abona em favor de um melhor conhecimento e entendimento da história. A con-

dição geográfica remota e distante do Continente não se modificou! As notícias não chegavam como chegam hoje.

No que ao jornalismo diz respeito, hoje, em vosso entender, vivemos outras formas de censura, um dos instrumentos que mais limitaram o trabalho jornalístico em Portugal no antigo regime? A autocensura também é preocupante! Vejamos o contexto do 25 de Abril: na Madeira, os meios de comunicação social foram muito relutantes em noticiar os acontecimentos e em colocar no ar os noticiários nacionais! Só dias mais tarde é que a notícia chegou à população. Há sempre formas de censura mais ou menos declaradas, mais ou menos institucionalizadas, que subsistem mesmo nas sociedades democráticas, seja por razões morais, religiosas, económicas, profissionais ou políticas. A censura como instância de controlo de opiniões e de comportamentos está presente nos processos de manutenção de todos os regimes políticos que sustentam as sociedades desde a génese das civilizações. Sendo a liberdade de imprensa uma das grandes conquistas

contemporâneas, decorrente da afirmação dos Direitos Humanos como lei de fundo a que devem submeter-se os edifícios constitucionais das democracias avançadas, nem sempre essa liberdade tem tido espaço para realizar-se plenamente. É uma espécie de utopia em movimento de concretização, mas ainda não totalmente conseguida.

Como académicos e empenhados defensores da língua portuguesa, que análise fazem à imagem que passa Portugal ao exterior? Temos sabido defender e promover a nossa história? Portugal conseguiu construir, em 500 anos, uma língua global que ombreia com as línguas que se globalizaram com a expansão dos impérios europeus desde a Época Moderna. Essa é uma das marcas que deixamos na história universal, a de um país minúsculo em território e em população que fez com que a sua língua, criada na Idade Média, se tornasse uma das mais faladas no mundo. O desenvolvimento da nossa língua também tem passado pela qualidade da nossa criação literária. Portugal é hoje uma potência literária, tendo gerado, ao longo da sua história, escritores que contribuíram com obras de referência para enriquecer a literatura mundial, de Camões, Vieira, passando por Fernando Pessoa, Sophia de Mello Breyner Andresen, Lobo Antunes até Saramago. Os grandes escritores são os nossos mensageiros qualificados da língua portuguesa. Por isso, além do incentivo ao seu estudo, é preciso que sejamos capazes de investir na tradução dos clássicos da nossa língua para as línguas de grande circulação internacional, do inglês ao mandarim.

Com efeito, se nos podemos orgulhar da língua global que temos, ainda muito trabalho há a fazer no campo da sua afirmação. Instituições como o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua têm desenvolvido uma ação extraordinária para a promoção da língua portuguesa e do seu ensino em diferentes países do mundo. De qualquer modo, o problema de sempre que limita a ação de entidades como o Camões são os poucos recursos alocados a este esforço de cuidar da língua que falamos e que, nos dias que correm, é um dos capitais mais preciosos que Portugal tem para ‘dar cartas’ no mundo global em que vivemos.

Precisamos de repensar a estratégia política para afirmar a nossa língua tanto no plano do ensino, como na sua utilização não só como língua literária, mas também como língua de ciência e de negócios internacionais. Uma estratégia pensada e concertada será fundamental para que a língua portuguesa não seja submergida pela avalanche neocolonialista do império da língua inglesa a que nos estamos a render acriticamente.

*Ruel, T. (2021), Political Alternation in the Azores, Madeira and the Canary Islands, Palgrave Macmillan.



O 25 DE ABRIL FOI UM EVENTO HISTÓRICO. A POPULAÇÃO NÃO SÓ O RECONHECE, COMO O ACEITA E O VIVE!

HÁ SEMPRE FORMAS DE CENSURA MAIS OU MENOS DECLARADAS, MAIS OU MENOS INSTITUCIONALIZADAS



Teresa Ruel, Especialista em história e política regional. FOTO DR

DIÁRIO de Notícias

MADEIRA

O PRIMEIRO COMISSÁRIO

Agostinho Freitas, lenda viva da TAP, comemora hoje 85 anos e recorda a longa travessia marítima para o Porto Santo, feita pelos passageiros, quando não havia ainda aeroporto na Madeira **P. 4 E 5**



MENOS CABEÇAS DE GADO ABATIDAS EM 2020

A pandemia, que levou à proibição dos arraiais, gerou uma quebra de 72.411 quilos de carne, em relação ao ano anterior. Isenção das taxas de abate decidida pelo Governo pode chegar aos 180 mil euros **P. 3**

“HÁ SEMPRE FORMAS DE CENSURA MAIS OU MENOS DECLARADAS”

O historiador José Eduardo Franco e a politóloga Teresa Ruel alertam, no 47.º aniversário da Revolução dos Cravos, que as conquistas da democracia “não são uma tarefa acabada” **P. 20 E 21** ● Abril visto por três deputados nascidos depois de 74 **P. 22**

TESTES OBRIGAM 100 FARMACÊUTICOS A FAZER FORMAÇÃO

Nem todas as farmácias estão em condições de avançar já com a testagem gratuita **P. 8**



CÂMARA DO FUNCHAL AVANÇA COM APOIO EXTRAORDINÁRIO À CULTURA **P. 29**